



RELATÓRIO DE MONITORAMENTO QUADRIMESTRAL

POLÍTICA DE GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS - PGSRN

2º QUADRIMESTRE DE 2022

1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Monitoramento Quadrimestral (RMQ) se refere à execução da Política de Gestão Sustentável dos Recursos Naturais (PGSRN) sob a responsabilidade da Coordenação-Geral de Gestão Ambiental (CGGAM), no período de maio a agosto de 2022 (31/08/2022), e apresenta a continuidade do processo do monitoramento da referida Política (Processo n. 08620.006106/2020-83), no qual constam os Relatórios de Monitoramento dos exercícios 2020 e 2021. As informações aqui prestadas dizem respeito às linhas de ação, meta e indicador definidos no Formulário de Detalhamento da Política de Gestão Sustentável dos Recursos Naturais (3686779), que estabelece como meta prioritária: “**Apoiar 21 ações de gestão ambiental em terras indígenas por ano**”. Sublinhe-se que serão computadas as ações de capacitação e formação em PNGATI e IGATIs; conservação e recuperação ambiental; e gestão integrada e compartilhada de recursos hídricos e áreas protegidas descritas no Glossário do formulário da PGSRN (3686779).

Cabe registrar que, diante da revisão anual do Planejamento Estratégico da Funai, nos termos da [Portaria nº 1.025/PRES, de 08 de setembro de 2020](#), que aprova o Planejamento Estratégico da instituição para o período de 2020 a 2023, foi feita a revisão pontual das metas, dos indicadores e dos projetos em tela.

Neste sentido, as ações contabilizadas para o alcance da meta estratégica estão relacionadas às linhas de ação da PGSRN, quais sejam:

- Recuperação de vegetação nativa;
- Conservação e manejo de fauna e flora;
- Educação ambiental;
- Construção dos instrumentos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas (TIs);
- Formação de indígenas em gestão ambiental e territorial;
- Gestão integrada dos recursos hídricos;
- Mediação de conflitos e gestão integrada entre TIs e Unidades de Conservação da Natureza (UCs);
- Informação, prevenção e orientação acerca dos direitos decorrentes da legislação sobre acesso ao patrimônio genético, proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado e repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade.

Como já registrado no 1º RMQ, um impacto positivo resultante da elaboração do Plano Anual de Ação - PAA ao final do ano de 2021 foi o recebimento, já no primeiro quadrimestre de 2022, de um volume considerável de formulários de Planos Anuais de Trabalho (PATs) das Coordenações Regionais (CRs), os quais, somados aos citados neste 2º RMQ, totalizam 133 formulários PATs recepcionados pela CGGAM, correspondentes a 33 Coordenações Regionais.

No segundo quadrimestre, a CGGAM deu continuidade à análise e atendimento dos Planos Anuais de Trabalho, tendo sido executadas **8 Ações de Gestão Ambiental**, correspondentes a 24 Coordenações Regionais e 44 Terras Indígenas atendidas diretamente. Vale destacar, ainda, que, na tabela de regionalização, **deve-se considerar, para efeito de contabilização das TIs atendidas, também a tabela da COPAM**, na qual foram atualizadas as TIs atendidas no 2º quadrimestre com ação iniciada no 1º quadrimestre, totalizando, assim, **58 TIs correspondentes a 27 CRs**.

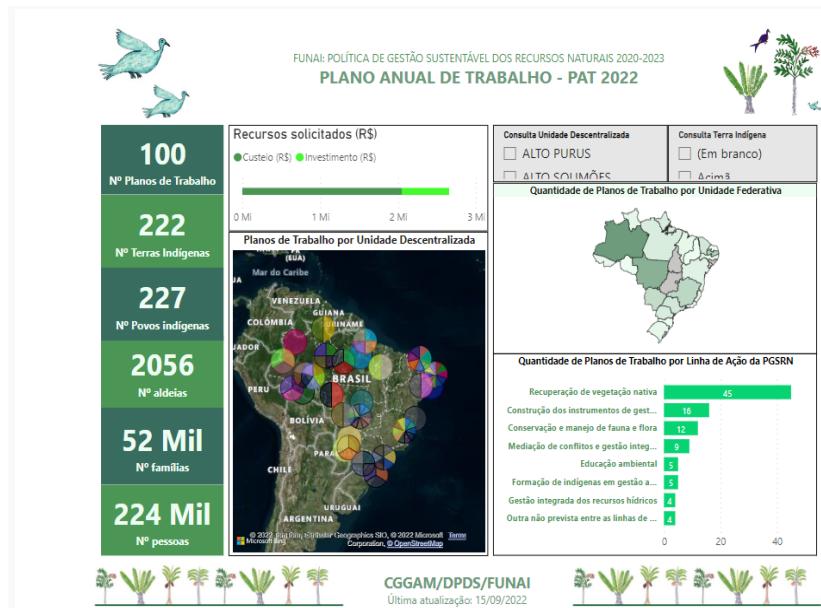
Considerando o andamento das ações executadas, estima-se o cumprimento integral da meta para o exercício corrente.

A título ilustrativo, encaminhamos o link para o **painel preliminar (BI) referente às demandas de PATs recebidos pela CGGAM**, via plataforma *Limesurvey*, até a data de 31/08/2022 para conhecimento. O processo de registro está avançado; no entanto, ainda há uma lacuna na base de dados exportada a partir do *limesurvey*, a qual deverá ser preenchida no final do próximo quadrimestre, com a colaboração de pontos focais nas Coordenações Internas da CGGAM. Isso se dá pelo fato de que nem todas as CRs utilizaram a plataforma para preencher os formulários dos PATs, por motivos diversos (principalmente acesso à internet e problemas de memória na plataforma para

salvar dados). O acesso poderá ser realizado com o e-mail e senha institucional da Funai no link: https://app.powerbi.com/groups/me/dashboards/26436621-431e-4594-87c5-fceb98b7d55a?ctid=d9e53f92-849b-40d0-84e1-259790373066&pbi_source=linkShare

Os painéis a seguir retratam, de forma parcial, os dados registrados e a dinâmica de obtenção de informações, ação que esperamos concluir até o fim do exercício para a elaboração do último RMQ 2022.

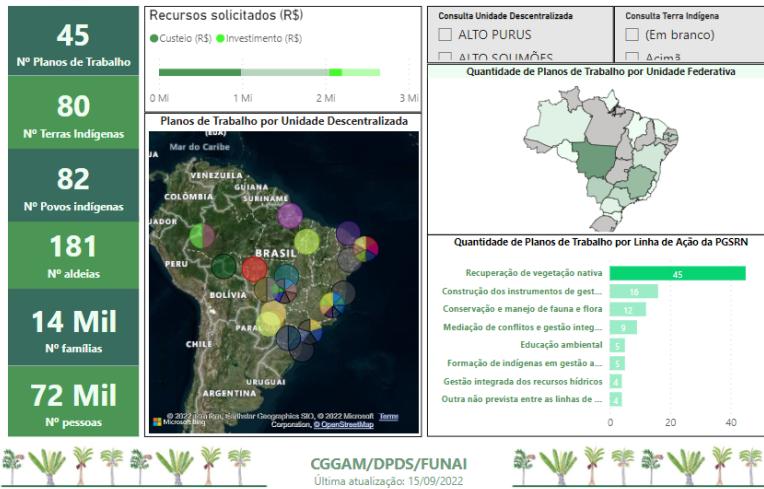
Painel geral dos PATs recepcionados, Linhas de Ação da PGSRN demandadas, regionalização no mapa e outros indicadores



Painel geral dos PATs recepcionados na Linha de Ação Recuperação de Vegetação Nativa da PGSRN, regionalização no mapa e outros subindicadores



PLANO ANUAL DE TRABALHO - PAT 2022

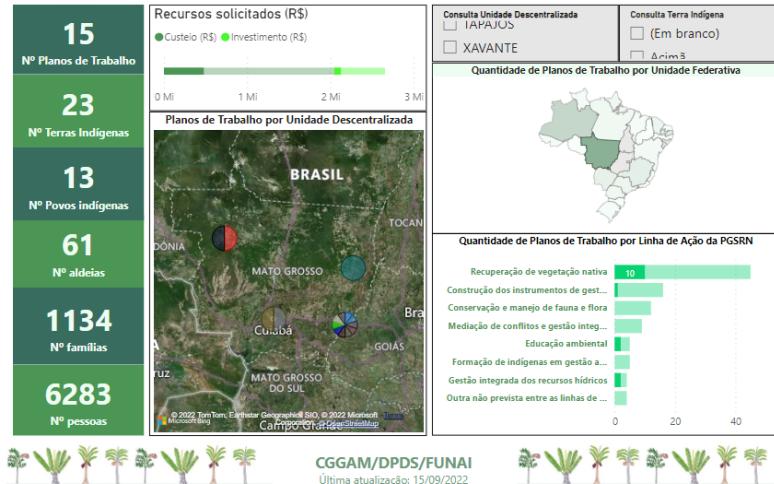


Painel geral dos PATs recepcionados por UF, apresentando as CRs vinculadas, regionalização no mapa e outros indicadores

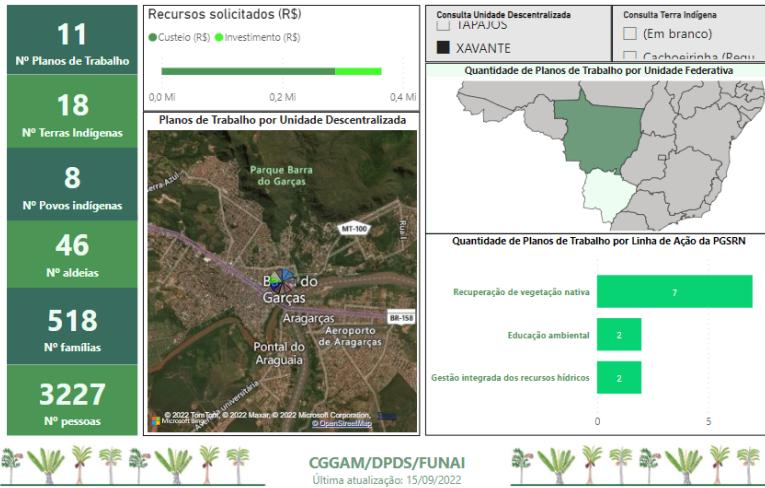


FUNAI: POLÍTICA DE GESTÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS 2020-2023

PLANO ANUAL DE TRABALHO - PAT 2022



Painel geral dos PATs recepcionados por CR, apresentando as linhas de ação da PGSRN, regionalização no mapa e outros indicadores

CGGAM/DPDS/FUNAI
Última atualização: 15/09/2022

METAS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

2.1 Metas e Indicadores Estratégicos

NOME DO INDICADOR:

Ações de gestão ambiental apoiadas

FÓRMULA DE CÁLCULO:

Somatório de ações de gestão ambiental apoiadas

POLARIDADE:

Positiva

PERIODICIDADE DA COLETA:

Quadrimestral

2019

2020

2021

Meta

Resultado

Meta

Resultado

Meta

Resultado

21

17

21

18

21

22

100%

80,95%

100%

85,71%

100%

104,76%

2022

Resultados

Meta

1º Quadrimestre

2º Quadrimestre

3º Quadrimestre

Acumulado

21

9

8

NSA

20

100%

42,86%

38,10%

NSA

80,96%

2.2 Sistema de Monitoramento Interno da Política

O cálculo do índice de participação em colegiados de políticas socioambientais será realizado através da média aritmética dos subindicadores efetivamente apurados com medição anual de resultados a partir de 2022

NOME DO INDICADOR INTERNO:	Participação em colegiados realizada		
	FÓRMULA DE CÁLCULO:	Média aritmética dos subindicadores efetivamente apurados	
POLARIDADE:	Positiva	PERIODICIDADE DA COLETA:	Anual
2019		2020	2021
Meta	Resultado	Meta	Resultado
NSA	NSA	NSA	NSA
NSA	NSA	NSA	NSA

Meta	2022			
	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre	Acumulado
	NSA	NSA	NSA	
	NSA	NSA	NSA	
Data da Última Coleta:	31/12/2021		Fonte da Coleta:	Base de dados

O cálculo do índice de participação em colegiados de políticas socioambientais será realizado através da média aritmética dos subindicadores efetivamente apurados, com medição anual de resultados a partir de 2022. Neste sentido, deveremos aguardar o final do exercício corrente para inserir as informações no último RMQ do ano.

DESCRIÇÃO DETALHADA DOS RESULTADOS ALCANÇADOS

Linha de Ação: Recuperação da vegetação nativa

No que se refere à linha de ação de recuperação da vegetação nativa, a CGGAM atuou nas seguintes atividades e projetos, os quais compõem as ações descritas no item 3.REGIONALIZAÇÃO:

- Finalização da instalação e início da operação de viveiro na Aldeia Gerú Tucunã (MG), habitada pelo povo Pataxó, e inicio da instalação dos viveiros nas Terras Indígenas Fazenda Guarani (MG), também habitada pelo povo Pataxó, e Xakriabá (MG), habitada pelo povo homônimo, todas elas jurisdicionadas à Coordenação Regional Minas Gerais-Espírito Santo;
- Manutenção e ampliação de dois Sistemas Agroflorestais (SAFs) nas aldeias Tabajara na Paraíba, implantados em 2020 e em processo de expansão, com o objetivo de recuperar e proteger os mananciais na Terra Indígena Potiguara (PB), jurisdicionada à Coordenação Regional João Pessoa;
- Realização do Seminário Nacional sobre Recuperação da Vegetação Nativa em Terras Indígenas no âmbito do Projeto BRA/13/019.

Linha de Ação: Conservação e manejo de fauna e flora

As ações realizadas na linha de ação de conservação e manejo de fauna e flora foram as seguintes:

- Apoio à implementação de projeto de manejo de quelônios no Rio das Mortes, nas praias onde há desova dentro dos limites das Terras Indígenas Areões e Pimentel Barbosa, jurisdicionadas à Coordenação Regional de Ribeirão Cascalheira, com a finalidade de conservação da espécie. Foram realizadas atividades de reconhecimento da área, apresentação do projeto aos indígenas, além de acompanhamento da equipe do IBAMA, a fim de estabelecer parceria e finalizar o diagnóstico do projeto;
- Realização do Seminário Manejo de Quelônios Amazônicos, em Manaus (AM), no âmbito do Edital N° 4/2021 - Projeto BRA/2021, contemplando servidores da CR Ribeirão Cascalheira e representantes das Terras Indígenas jurisdicionadas às Coordenações Regionais Amapá Norte do Pará, Kayapó Sul do Pará, Centro Leste do Pará, Médio Purus, Madeira, Manaus, Araguaia Tocantins e Ribeirão Cascalheira;
- Realização do Seminário Final sobre ICMS Ecológico, com a participação de representantes das Terras Indígenas Mangueirinha, habitada pelos povos Kaingang e Guarani; Marrecas, habitada pelos povos Kaingang e Guarani; Rio das Cobras, habitada pelo povo Kaingang; Ivai, habitada pelo povo Kaingang; Faxinal, habitada pelo povo Kaingang; Queimadas, habitada pelo povo Kaingang; São Jerônimo, habitada pelos povos Kaingang, Guarani e Xetá; Barão de Antonina, habitada pelo povo Kaingang; e Apucarana, habitada pelo povo Kaingang, todas localizadas no Estado do Paraná e jurisdicionadas à Coordenação Regional Guarapuava;
- Programa Euroclima: em continuidade às atividades previstas pela Ação 10 - Recuperação da vegetação nativa em terras indígenas dos biomas Caatinga, Mata Atlântica e Pantanal, foi realizada visita técnica em duas das três terras indígenas escolhidas para ações do programa. Foi realizada a consulta e diagnóstico ambiental prévio nas Terras Indígenas Perigara (MT), habitada pelo povo Bororo e jurisdicionada à Coordenação Regional Cuiabá, e Arroio Korá (MS), habitada pelo povo Guarani Kaiowá e jurisdicionada à Coordenação Regional Ponta Porã.

Linha de Ação: Construção dos instrumentos de gestão ambiental e territorial de terras indígenas

Em relação à elaboração de Planos de Proteção Territorial e Ambiental, foram realizadas, em articulação com a Coordenação Regional Alto Solimões, seis reuniões em seis aldeias na Terra Indígena Kumaru do Lago Ualá (AM), voltadas para o povo Madjá Kulina, com o objetivo de construir o Plano de Proteção Territorial e Ambiental dessa Terra. Além disso, foi submetido o esboço do projeto para implementação do Plano de Proteção Territorial e Ambiental para a chamada pública de projetos Floresta +.

Quanto à elaboração de Diagnósticos Socioambientais, foram realizadas as seguintes ações: i. atividades de sensibilização e mobilização com os povos Muduruku e Sateré-Mawé nas 32 aldeias localizadas na Terra Indígena Coatá Laranjal (AM), jurisdicionada à Coordenação Regional Manaus; também foi realizada uma oficina para dar início à construção de Diagnóstico Etnoambiental Participativo, visando à produção de um IGATI; ii. apoio à elaboração do diagnóstico socioambiental para discutir a segurança alimentar e a recuperação de nascentes e florestas do bioma da Mata Atlântica por meio da participação no VI Encontro dos Pajés, na Terra Indígena Caramuru Paraguáu (BA), ocupada pelo povo Pataxó e jurisdicionada à Coordenação Regional Sul da Bahia, no âmbito do monitoramento dos projetos contemplados no Edital BRA nº 001/21 - Elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental e outros instrumentos comunitários nos biomas Mata Atlântica e Pampa.

Em relação ao Etnomapeamento, foi realizada oficina de etnomapeamento com indígenas Apurinã das Terras Indígenas Catipari/Mamoriá e Camadeni (AM), jurisdicionadas à Coordenação Regional Médio Purus.

Sobre a elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), foi realizada uma atividade junto aos agentes ambientais e a comunidade Apurinã da Terra Indígena Camicuã (AM), jurisdicionada à Coordenação Regional Alto Purus, com o objetivo de viabilizar a construção do PGTA dessa Terra.

Além disso, foi realizado um curso de Introdução aos Sistemas de Informação Geográfica voltado para jovens Pataxó na Terra Indígena Aldeia Velha Pataxó (BA), jurisdicionada à Coordenação Regional Sul da Bahia.

Linha de Ação: Formação de Agentes Indígenas em GATI

No tocante à formação de agentes ambientais, foram apoiadas as seguintes atividades: i. primeira etapa da oficina de formação de agentes ambientais Apurinã da Terra Indígena Peneri/Tacaquiri (AM)- módulo de Vigilância e Proteção Territorial, jurisdicionada à Coordenação Regional Médio Purus; ii. oficina de formação em práticas agroflorestais voltada para agentes agroflorestais Madjá Kulina, visando a incentivar a diversificação e o enriquecimento dos quintais agroflorestais, a construção de viveiros locais e o manejo de resíduos sólidos na Terra Indígena Alto Rio Purus (AC), jurisdicionada à Coordenação Regional Alto Purus.

Em relação ao monitoramento de projetos contemplados no Edital n. 001/21 - IGATIs Mata Atlântica e Pampa, foi realizada atividade de monitoramento e avaliação dos projetos de elaboração de IGATIs conduzidos pela Associação Poty Guarani, Associação Indígena do Ponto Indígena Inhacorá e Associação Consciência Guarani, que beneficiaram o povo Mbyá Guarani das Terras Indígenas Tekoa Koenju (RS) e Yvy Poty (RS), jurisdicionadas à Coordenação Regional Litoral Sul, e o povo Kaingang da Terra Indígena Inhacorá (RS), jurisdicionada à Coordenação Regional Passo Fundo.

Além disso, foi apoiada a participação de 03 servidores da CR Amapá Norte do Pará no evento de formatura dos Agentes Ambientais Indígenas (AGAMINs) na Terra Indígena Uaçá (AP), habitada pelos povos Galibi, Karipuna e Galibi Maiworno e jurisdicionada à Coordenação Regional Pará e Norte do Amapá.

Linha de Ação: Gestão Integrada de Recursos Hídricos

Entre os meses de maio e agosto de 2022, foram realizadas atividades de caráter continuado que envolveram a participação da CGGAM em instâncias colegiadas de gestão de recursos hídricos em nível nacional, assim como a participação de servidores da Funai de unidades descentralizadas em reuniões de Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs), em escala regional.

Neste escopo, cabe mencionar a participação da Funai na 46ª Reunião Ordinária do CNRH (Conselho Nacional de Recursos Hídricos), bem como nas reuniões das Câmaras Técnicas nas quais a instituição possui assento, sendo elas: a 15ª e 16ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais (CTAL), a 11ª, 12ª e 13ª Reunião da Câmara Técnica de Integração com a Gestão Ambiental e Territorial (CTIGAT), respectivamente e a 12ª Reunião da Câmara Técnica de Educação, Informação, Ciência e Tecnologia (CTECT).

Em relação ao Projeto Básico elaborado pela CGGAM com o objetivo de promover um ciclo de oficinas de qualificação e troca de saberes em Gestão Integrada de Recursos Hídricos (GIRH) voltado para representantes indígenas e servidores da Funai que participam do Comitês de Bacia Hidrográfica (CBHs), foram realizadas duas reuniões intersetoriais de alinhamento (com representantes da Coram/CGGAM, Coasi/CGPDS e Cope/CGPC). De igual forma, foram realizadas reuniões de alinhamento com a CR Xavante e a CR Maranhão, visando a programar as oficinas da GIRH a serem promovidas em Terras Indígenas jurisdicionadas àquelas Coordenações Regionais.

Por fim, no que tange à participação em atividades relacionadas aos CBHs, a CGGAM prestou apoio financeiro a:

- CR Guarapuava, para viabilizar a participação de servidor, membro titular do CBH do Rio Paranapanema, no 5º Encontro Integrado do Paranapanema, em Avaré (SP);
- CR Dourados, para viabilizar a participação de servidor na 38ª Reunião Ordinária do CBH Ivinhema, e em Reunião Extraordinária no Mato Grosso do Sul.

Linha de Ação: Mediação de conflitos e gestão integrada entre Terras Indígenas (TIs) e Unidades de Conservação (UCs)

Foi realizada a Oficina de Introdução à PNGATI e instrumentos de gestão na Terra Indígena Sawré Muybu, com ênfase na situação de sobreposição territorial com a Flona Itatuba I e II. A oficina teve duração de dois dias e aconteceu na aldeia Sawré Muybu (PA). A atividade se concentrou em conversar com os Munduruku a respeito da gestão que fazem de seu território e realizar um rápido levantamento das questões que consideram importantes e/ou impactantes, segundo os eixos da PNGATI. Também foi feita uma introdução aos diferentes instrumentos de gestão, buscando identificar as prioridades para a gestão territorial e ambiental na TI Sawré Muybu (PA). A atividade também abordou a relação entre os Munduruku e o ICMBio, sendo importante dar continuidade às articulações interinstitucionais visando a mediar conflitos entre os indígenas e o órgão ambiental.

Houve o apoio financeiro à participação de dois servidores da Coordenação Regional Nordeste II em Oficina de Revisão do Plano de Manejo da APA Serra da Ibiapaba, em situação de sobreposição com a Comunidade Nazaré, povo Tabajara/Tapui, em Lagoa de São Francisco (PI).

Por meio da manifestação técnica remetida à Procuradoria Federal Especializada, houve apoio à atuação da Funai no âmbito da Ação Civil Pública n. 1000434-78.2018.4.01.3814, ajuizada pelo Ministério Públco Estadual contra o Estado de Minas Gerais e o IEF, referente à presença da aldeia Mirucira, do povo Pataxó, no interior do Parque Estadual Serra da Candonga.

No âmbito do Projeto BRA/13/019, com finalidade de realização de consultoria técnica especializada na modalidade produto, para a elaboração de diagnóstico a respeito de sobreposições e interfaces territoriais entre terras indígenas e unidades de conservação estaduais (Edital 02/2021), foram entregues o Produto 02 e o Produto 03. O Produto 02 é uma coleção de mapas dos casos de sobreposições entre TIs e UCs estaduais, mapas estaduais e dos biomas, com uma breve análise crítica. O Produto 03 é um relatório final com o compilado de dados, informações, mapas, gráficos e análises críticas e comparativas a respeito do fenômeno, em todo o território nacional.

A CGGAM apoiou financeiramente o deslocamento de servidores da Coordenação Regional Cuiabá para participarem de dois eventos de imersão do processo formativo para construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) da Área de Proteção Ambiental Cabeceiras do Rio Cuiabá (APACRC) e Parque Estadual Águas do Cuiabá (PEAC).

No que diz respeito às atividades de mediação de conflitos socioambientais, cabe informar que:

- a CGGAM apoiou participação da Coordenação Regional Passo Fundo em reunião com os Kaingang Kógunh Mág/Jagtyg Fykôg, no âmbito da Ação Civil Pública nº 5009235-38.2021.4.04.7107/RS (3ª Vara Federal de Caxias do Sul/SJRS), movida pelo Ministério Pùblico Federal em face do ICMBio, com vistas à realização dos procedimentos de consulta e consentimento prévio, livre e informado (CCPLI) às comunidades Kaingang e Xokleng, em decorrência dos processos de concessão à iniciativa privada das Flores Canele (RS) e Flona São Francisco de Paula (SC), que possuem sobreposição territorial com tais comunidades, respectivamente. No mês de agosto foi realizada audiência de conciliação entre as partes, sendo estabelecido o prazo de 30 dias para que Funai e ICMBio apresentassem em juízo uma proposta de protocolo/procedimento de consulta a ser realizado neste caso;

- elaboração de parecer técnico em resposta ao CDN (Conselho de Defesa Nacional) acerca de pedido de avaliação de anuência prévia referente ao Plano de Manejo da Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade (AC), encaminhado pelo ICMBio.

Linha de ação: Informação, prevenção e orientação acerca dos direitos decorrentes da legislação sobre acesso ao patrimônio genético, proteção e acesso ao conhecimento tradicional associado e repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade

Em relação a esta linha de ação, destacamos a participação em reuniões ordinárias do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGen) e em reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara Setorial dos Detentores (CSD). No âmbito da CSD foi desenvolvida uma minuta de Resolução acerca do acesso a CTA de fontes secundárias, a qual foi apresentada aos servidores do DPG/MMA responsáveis pela Secretaria Executiva do CGen, momento no qual se optou por fazer novos ajustes antes da inclusão na pauta para deliberação pelo plenário do Conselho. Durante este período os pontos focais da CGGAM também participaram de reuniões de alinhamento junto ao conselheiro titular do MESP visando a subsidiar sua participação na 30ª reunião ordinária do Conselho, bem como das reuniões semanais de reengajamento dos representantes de povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores tradicionais detentores de direitos sobre CTA no acompanhamento das atividades dos projetos GEF Fitoterápicos e do GEF ABS (executados pelo Ministério do Meio Ambiente e PNUD). No escopo do GEF ABS, os pontos focais da CGGAM participaram da elaboração de termo de referência para contratação de consultoria para a produção de material didático de apoio voltado à formação desse público específico na temática de acesso e repartição de benefícios.

A equipe técnica da CGGAM também continuou participando nesse período das reuniões da Câmara Setorial da Academia (CSA), que é permanente e das reuniões dos dois grupos de trabalho (GT) criados no âmbito desta Câmara: a) o GT SisGen de acompanhamento do processo de aprimoramento do Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen); e b) o GT de Capacitação, voltado para orientar os diferentes setores da academia no cumprimento da legislação de acesso e repartição de benefícios. Conforme mencionado no relatório do período anterior, a representante da CGGAM na CSA tem exercido a coordenação do GT de Capacitação e participou ativamente do processo de elaboração de termo de referência para contratação de consultoria para a produção de material didático de apoio voltado para o setor acadêmico.

No início do mês de agosto, a servidora da CGGAM que exerce a função de primeira suplente do Comitê Gestor do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios – CG/FNRB pediu vista de dois documentos estratégicos que foram colocados para deliberação: a minuta de Manual Operacional do Fundo e uma proposta de Plano Quadrienal e Anual do mesmo. A partir do pedido de vista, os pontos focais da COPAM que acompanharam essa temática promoveram, durante o mês de agosto uma reunião online com representantes dos povos indígenas da Câmara Setorial dos Detentores vinculada ao CGen, com o objetivo de colher subsídios para a análise (revisão das minutas disponibilizadas pela Secretaria Executiva do CG-FNRB) e elaboração dos relatórios do pedido de vista de ambos documentos.

3. REGIONALIZAÇÃO

A seguir apresentamos os dados regionalizados dos resultados alcançados pela política neste quadrimestre:

Número de ações apoiadas	Detalhamento da Ação	Produto (referenciado nas matrizes lógicas das CIs)	Abrangência	Coordenação Regional	Terra Indígena	UF	Código
1 (COPLAM) Formação de Agentes Indígenas em GATI	Participação no evento de Formatura dos Agentes Ambientais Indígenas (AGAMINS).		Local	Norte do Pará e Amapá	Uaçá	AP	47601
	Formação de agentes ambientais Peneri/Tacaquiri		Local	Médio Purus	Peneri/Tacaquiri	AM	34701
	Formação de agentes ambientais Madija (SEI nº 4054102).	Realização da Oficina de formação em práticas agroflorestais para os Agentes agroflorestais Madija Kulina, visando incentivar a diversificação e enriquecimento dos quintais agroflorestais, a construção de viveiros locais e o manejo de resíduos sólido	Local	Alto Purus	Alto Rio Purus	AM	1201
1 (COPLAM)	Elaboração do Plano de Proteção Territorial e Ambiental da TI Kumaru do Lago Ualá	Seis reuniões realizadas, em seis aldeias da TI Kumaru do Lago Ualá, sobre a	Local	Alto Solimões	Kumaru do Lago Ualá	AM	24001

Construção de IGATIs	construção do Plano de Proteção Territorial e Ambiental da TI Kumaru do Lago Ualá. Submissão do esboço do projeto para implementação do Plano de Proteção Territorial e Ambiental para a chamada pública de projetos Floresta +.					
	Sensibilizar e mobilizar os povos Muduruku e Sateré-Mawé e suas lideranças, nas 32 aldeias da TI Coatá Laranjal, através de oficina participativa comunitárias e assim iniciar a elaboração de Diagnóstico Etnoambiental Participativo visando a construção de um IGATI.	Local	Manaus	Coatá Laranjal	AM	10101
	Metodologia do PGTA discutida e construída junto aos agentes ambientais e apresentada para comunidade.	Local	Alto Purus	Camicuã	AM	8501
	Monitoramento dos projetos contemplados no Edital BRA nº 001/21 - Elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental e outros instrumentos comunitários nos biomas Mata Atlântica e Pampa. Apoio na elaboração do diagnóstico socioambiental para discutir a segurança alimentar e a recuperação de nascentes e florestas do bioma da Mata Atlântica por meio da participação no VI Encontro dos Pajés	Local	Sul da Bahia	Caramuru Paraguaçu	BA	9301
	Monitoramento de Projetos contemplados no Edital 001/21 - IGATIs Mata Atlântica e Pampa – Associação	Regional	Litoral Sul e Passo Fundo	Tekoa Koenju, Yvy Poty, Inhacorá	RS	Dominial 17101
	Etnomapeamento	Local	Médio Purus	Catipari/Mamoriá Camadeni	AM	9801 8401
	Curso de Introdução aos Sistemas de Informação Geográfica Anexo Programação (SEI nº 4358159)	Local	Sul da Bahia	Aldeia Velha	BA	901
1 (CORAM)	Seminário sobre Recuperação da Vegetação Nativa em Terras Indígenas	Capacitação	Regional	Araguaia Tocantins Campo Grande, Minas Gerais-Espírito Santo, Xavante Litoral Sudeste Dourados Guarapuava Litoral Sul Sul da Bahia Nordeste I	TO MT MG BA ES MS PR SC RJ PE	50301 62301 30201 29001 60701 49902 58101 10301 10202 55501

Observamos que algumas ações apontadas no 1º RMQ tiveram continuidade no segundo quadrimestre, sendo desenvolvidas, no entanto, em Terras Indígenas diferentes. Neste sentido, a título de atualização e contabilização do número de Terras Indígenas atendidas, apresentamos abaixo quadro com as respectivas ações:

Número de ações apoiadas	Detalhamento da Ação	Produto (referenciado nas matrizes lógicas das CIs)	Abrangência	Coordenação Regional	Terra Indígena	UF	Código
1 (COPAM)	Apoio à participação indígena e de servidores da Funai em Comitês de Bacia Hidrográfica e Conselhos estaduais de recursos hídricos	Participação indígena e da Funai nas reuniões de CBHs	Regional	Guarapuava	Queimadas	PR	37501
					Tibagy/Mococa		45201
					Apucarana		2601
					Barão de Antonina		5501
					São Jerônimo		41601
				Dourados	Yvíporá Laranjinha	MS	64001
					Pinhalzinho		35601
					Sucuriy		43401
					Panambi - Lagoa Rica		64801
					Panambizinho		32101
1 (COPAM)	Articulação intersetorial e interinstitucional para a mediação de conflitos socioambientais envolvendo sobreposição e/ou interface entre territórios indígenas e unidades de conservação.	Reuniões/Oficinas realizadas	Local	Tapajós	Dourados	MS	11101
					Dourados- Amanbaipegú I		67101
				Nordeste II	Caarapó		7201
					Guyraroká		15101
					Sawré Muybu (Pimental)	PA	56701
1 (COPAM)	Gestão do Acordo de Cooperação Técnica Nº 08/2021, celebrado entre MMA e Funai, visando a implementação da modalidade Floresta + Comunidades (Projeto Floresta+ Amazônia)	Participação da CTA ideias de projetos	Amazônia Legal	Comunidade Nazaré, Povo Tabajara/Tapuio	Aldeia Mirueira, povo Pataxó	PI	-
					Minas Gerais e Espírito Santo	MG	-
				Passo Fundo	comunidade Kaingang Kógunh Mág/Jagtyg Fykóg	RS	N/A
					-	-	-

4. OUTRAS AÇÕES OU ATIVIDADES NÃO MENSURADAS NOS ITENS ANTERIORES

É importante indicar que, além das ações relacionadas às Linhas de Ação da PPGSRN descritas anteriormente, a CGGAM atua em outras linhas, as quais descrevemos resumidamente:

Manejo Florestal Sustentável:

No que diz respeito ao tema das políticas florestais, a CGGAM produziu manifestação técnica referente aos processos de concessão florestal na Flona do Amana, que possui referência de presença de indios isolados, e na Flona Crepori, que possui interface com a TI Munduruku, ambas na região do sudeste do Pará, na área de abrangência da Coordenação Regional Tapajós.

Mudança do Clima

No âmbito do Acordo de Cooperação Técnica nº 08/2021 (3348264), celebrado entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e a Funai, visando ao estabelecimento de parceria para a implementação da modalidade Floresta + Comunidades (no escopo do Projeto Floresta+ Amazônia), destacamos a participação da equipe da CGGAM na Comissão Técnica de Avaliação para seleção de projetos locais enviados a partir do primeiro edital publicado para a elaboração de ideias de projetos por povos indígenas e povos e comunidades tradicionais. Em relação ao acompanhamento do Programa REM do Estado de Mato Grosso (REDD+ for Early Movers, REDD+ for Pioneiros, em português), foram finalizados os trabalhos do Comitê Técnico de Avaliação das Chamadas de Apoio a Projetos locais e estruturantes vinculadas ao Subprograma Territórios Indígenas do Programa REM-MT, da qual servidor da COPAM fez parte. Importa registrar, por fim, o expressivo número de demandas envolvendo a comercialização de créditos de carbono no mercado voluntário que afluiram para a CGGAM no período compreendido por este RMQ.

5. ANÁLISE DO RESULTADO

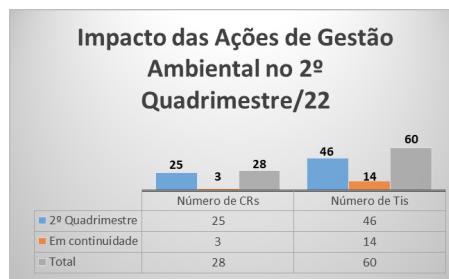
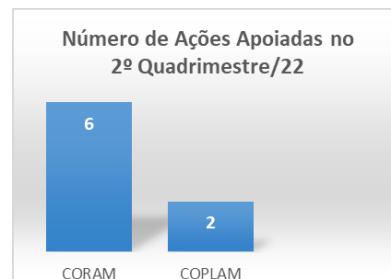
A PPGSRN, no segundo quadrimestre, alcançou o resultado de **08 ações de gestão ambiental realizadas**, que beneficiaram **58 Terras Indígenas** localizadas em todos os biomas (Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal), habitadas por dezenas de povos indígenas. Neste sentido, consideramos positivos os resultados alcançados para o cumprimento da meta estratégica, de **aproximadamente 81% do total** previsto para o ano.

Apesar da IT 28 (4152839) sugerir a inclusão das informações das linhas de ação neste tópico, solicitamos reconsiderar e solicitamos manutenção do local de apresentação das informações tendo em vista a ordem das mesmas (meta, descrição detalhadas dos resultados alcançados, regionalização e outras ações não mensuradas) o que dá uma certa lógica no entendimento.

Em tempo, também destaca-se que para obtenção dos resultados apontados, várias outras atividades foram realizadas no decorrer do período para que fosse possível a obtenção dos resultados assim como: reuniões, análises técnicas, visitas técnicas dentre outras. Estas atividades esperamos retratar no último RMQ para que fique demonstrado todo o esforço na execução do orçamento e das atividades de gestão ambiental propostas pelas Coordenações Regionais.

Destacamos, como ponto positivo, o recebimento de 122 formulários de PATs, correspondentes a 33 Coordenações Regionais ao longo do presente exercício (jan-ago). Corroborando ao informado na introdução, há ainda a necessidade de inclusão de Formulários PATs de demandas não incluídas no Limesurvey, o que possibilitará um painel sistematizado por CR das ações apoiadas pela CGGAM no exercício de 2022 e seus desdobramentos bem como, insumos para o planejamento 2024.

Segue abaixo quadro-resumo da execução orçamentária e dos resultados alcançados no 2º quadrimestre:



6. PROJETOS

6.1 Projetos Estratégicos : Projeto Estratégico no âmbito da DPDS.

NSA para a CGGAM

Nome do Projeto:	NSA
Caracterização do Projeto:	NSA

6.2 Outros Projetos

Nome do Projeto:	BRA PNGATI 13/019
Caracterização do Projeto:	Implementação da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PNGATI

O projeto em tela abrange ações que envolvem mais de uma Coordenação-Geral e, portanto, mais de uma política. Está inserido no âmbito da DPDS, sendo que o Diretor acumula a Direção Nacional do Projeto; a Coordenadora-Geral de Gestão Ambiental acumula a Coordenação Nacional do Projeto; e três servidores (lotados na CGGAM, CGETNO e CGPC) compõem a equipe de assistente administrativo.

O Plano de Trabalho das atividades previstas para 2022 está resumido no quadro abaixo:

Produto 1. Mecanismos e Ferramentas para implementação da PNGATI em base territorial consolidados	1.1. Diagnósticos e estudos socioambientais de terras indígenas elaborados, testados e avaliados. Meta:
	1.2. Diretrizes para elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs) em terras indígenas selecionadas: Meta:
	1.3 Metodologias de monitoramento, gestão e capacitação de servidores e indígenas em proteção territorial e ambiental de terras indígena. Meta:

7. INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Fonte / Origem	AO	PO	Valor Total	Descentralizado		Empenhado		Liquidado	
				Valor	%	Valor	%	Valor	%
Orçamento Federal	21BO	004	3.443.706,00*	2.770.801,00	80,46	2.306.653,00	66,98	797.042,00	23,14
Orçamento Federal (Recurso de Emenda Parlamentar)	-	-	0	0	0	0	0	0	0
TEDs	-	-	0	0	0	0	0	0	0
Convênios	-	-	0	0	0	0	0	0	0
Renda Indígena	-	-	0	0	0	0	0	0	0
Outras Fontes**	NSA	NSA	5.652.506,55	NSA	0	NSA	0	2.408.690,84	42,61
Total			9.096.212,55					3.205.732,84	

* Valor da Dotação Orçamentária atualizada (cortes orçamentários)

** BRA PNGATI 13/019 : Valores convertidos de US\$ para R\$ na cotação do dia 15/08/2022 no valor de R\$5.073 (fonte: UGP BRA) .

2022 - US\$ 1,114,233.50 e liquidados: US\$ 283,627,45 (jan-abril), conversão abril - R\$ 1.316.031,37 (1o.RMQ US\$4.64)

US\$ 215,387,24 (maio-ago) conversão agosto - R\$ 1.092.659,47 (2o. RMQ) = total liquidado R\$ 2.408.690,84

Observações:

Produto	Orçamento do Projeto USD*	Execução até 31/12/2021	Saldo Orçamentário para 2022	Execução de Jan-Abr/2022	Execução de Mai-Ago/2022	Saldo Orçamentário a Executar
Produto 1	2,280,085,13	1,165,851,63	1,114,233,50	283,627,45	215,387,24	615,218,81

7.1 ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme o esperado após a liberação da dotação orçamentária no período anterior e tendo em vista o retorno positivo com a adoção de cronograma de envio dos Planos Anuais de Trabalho para a Sede até meados de março, deu-se sequência aos esforços das equipes técnicas no sentido de fazer as análises devidas, suas descentralizações e a execução de ações planejadas.

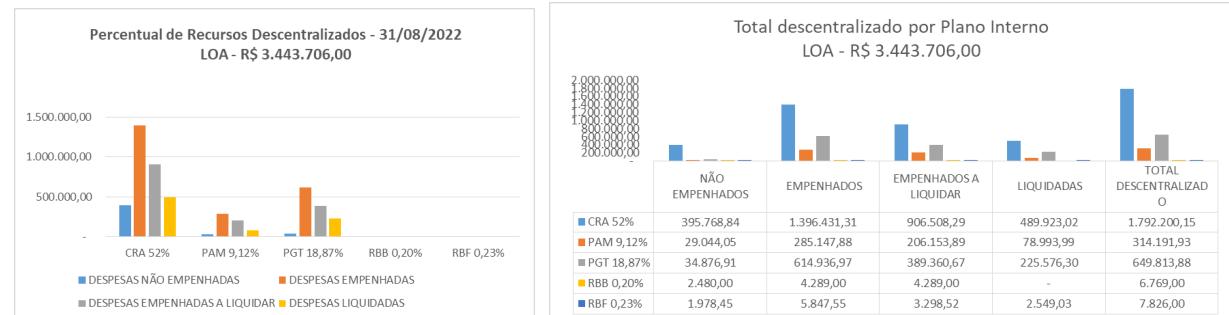
Diversas reuniões e atividades de planejamento entre as equipes técnicas e as CRs foram realizadas ao longo deste período para execução de ações apoiadas pela CGGAM, o que desencadeou uma série de agendas de trabalho - virtuais, presenciais e eventualmente híbridas - .

Com o corte e posterior bloqueio de orçamento, alguns PATs não foram atendidos até fim de agosto.

Também registramos que o empenho dos valores disponíveis nas CRs ocorreu mais no mês de agosto. Acreditamos que o Ofício enviado pela CGGAM quanto a atenção na execução orçamentária, tenha alertado às CRs quanto a operacionalização dos procedimentos necessários a execução orçamentária descentralizada (4309327).

Ainda, neste período foi atendido o pedido de inversão de valores de Grupo de Natureza de Despesas de custeio para investimento. O recurso foi descentralizado em quase sua totalidade.

A seguir apresentamos gráficos demonstrativos da descentralização de recursos executada pela CGGAM e seus desdobramentos.



Instrumentos	Total de Instrumentos	Situação (quantitativo)			Valor Total de Recursos (em execução e concluído)	Emenda Parlamentar (% valor total)
		Em preparação	Em execução	Concluído		
Convênio	0	0	0	0	NSA	NSA
TED	0	0	0	0	NSA	NSA
Contrato - Aquisição Direta (doações)	0	0	0	0	NSA	NSA
Contrato - Aquisição Direta (uso próprio) (considerar apenas contratos nacionais e que atendam com exclusividade a política)	Aguardar CGRL Não foi possível obter informações	0	0	0	3.443.706,00	NSA
Transferência Fundo a Fundo	0	0	0	0	NSA	NSA
Acordos de Cooperação *	3	0	3	0	NSA	NSA
Outros **	1	0	1	0	5.652.506,55	NSA
Projetos de Cooperação ***	4	0	4	0	NSA	NSA
Total	8	0	8	8	9.096.212,55	NSA
Observações:	<p>*ACT Funai/IEMA - ES, ACT Funai/Ibama, ACT Funai/MMA, todos <u>sem transferência de recursos</u></p> <p>** BRA PNGATI (finaliza segundo semestre de 2022) recursos alocados no PNUD.</p> <p>*** Projetos de Cooperação: KFW, GIZ, USAID e Euroclima - alavancagem de recursos para implementar ações em atendimento aos povos indígenas, <u>não há repasse de recursos</u> entre a Funai e os cooperantes.</p>					

9. RISCOS

Tipo de Risco:	Evento de Risco	Gravidade (impacto potencial)	Tendência (probabilidade de ocorrer)	Plano de Contingência	Resposta ao Risco:
(1) Externo; (2) Operacional; (3) Legal; (4) Financeiro e orçamentário					(1) Aceitar o risco (2) Mitigar o risco (3) Transferir o risco (4) Evitar o risco
4	Insuficiência de recursos financeiros	Alta	Alta	Identificar e consolidar fontes alternativas de apoios financeiros	2
1	Insuficiência de recursos humanos e sua distribuição desapropriada da força de trabalho	Alta	Alta	Realizar Concurso Público. Realizar Concurso Interno de Remoção. Identificar e consolidar parcerias referentes a cooperações técnicas.	2
1	Insuficientes procedimentos, mecanismos, instrumentos e rotinas de coleta, tratamento e análise de dados e informações produzidos .	Média	Média	Implantar rotinas, práticas, procedimentos e instrumentos de coleta, tratamento e avaliação de dados e informações pertinentes à gestão sustentável dos recursos naturais. Identificar e compatibilizar fontes de dados já existentes	2
1	A alta rotatividade das equipes de ponta, somada à deficiência numa cultura de formação e capacitação em gestão territorial e ambiental de terras indígenas a adoção das diretrizes, processos e procedimentos da política pública, por parte das CRs e CTLs	Média	Média	Promover espaços de discussão e de implementação de políticas públicas; realização de intercâmbios. Normatização de políticas de recursos humanos, de transferência e de progressão	2,2,2

					funcional, de forma a favorecer a permanência do Servidor nas Unidades Regionais Descentralizadas. Efetivação de um Plano de Carreira para os servidores da Funai.	
1	Problemas (logísticos/operacionais/ administrativos) relativos à execução finalística das ações de gestão sustentável dos recursos naturais	Alta	Média	Aprimorar mecanismos de gestão administrativa. Aprimorar a comunicação com as Unidades Regionais. Concentrar/Unificar os processos e procedimentos de aquisição de materiais, de equipamentos e de pagamento de serviços.	3,3,3	
1	Baixa apropriação (por parte da Funai e/ou outros órgãos) acerca da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)	Alta	Alta	Aprimorar mecanismos de formação e informação sobre a Política voltados ao s servidores e demais órgãos que desenvolvem ações afetas à mesma	2	
1	Baixa apropriação (por parte da Funai e/ou outros órgãos) dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental a serem executado	Alta	Alta	Promover a divulgação dos PGTA e demais instrumentos de gestão territorial e ambiental na Funai e nos demais órgãos que desenvolvem ações afetas ao tema.	2	
1,2	Dificuldades operacionais em se manter espaço institucional e participativo de formulação, coordenação e de avaliação da implantação da política indigenista	Média	Alta	Promover espaços interinstitucionais de concertação.	2	
1	Terras indígenas ocupadas por não indígenas (intrusadas)	Alta	Alta	Encaminhar para instâncias competentes casos de irregularidade reportados	3	

Artefato de controles implementados

Nº	Risco	Nível de Risco	Resposta ao Risco	Controle de Risco	Tipo de Controle	Mecanismo de Implementação	Responsável	Prazo	
								Inicio	Fim
1	Insuficiência de recursos financeiros	Alto	2	Identificar e consolidar fontes alternativas de apoios financeiros	Corretivo	Manutenção do último Status 1o.RMQ 2022	CG - Paula e Coordenadores Internos - Bianca e Guilherme	Julho/2020	Jan/2024
2	Insuficiência de recursos humanos e sua distribuição desproporcionada da força de trabalho	Alto	2	Realizar Concurso Público. Realizar Concurso Interno de Remoção. Identificar e consolidar parcerias referentes a cooperações técnicas	Corretivo	Manutenção do último Status 1o.RMQ 2022	CG - Paula	Julho/2020	Jan/2024
3	Insuficientes procedimentos, mecanismos, instrumentos e rotinas de coleta, tratamento e análise de dados e informações produzidos .	Médio	2	Implantar rotinas, práticas, procedimentos e instrumentos de coleta, tratamento e avaliação de dados e informações pertinentes à	Corretivo	Manutenção do último Status 1o.RMQ 2022 e adicionalmente o envio de Ofícios às Coordenações Regionais que receberam aporte de	COPALM - Bianca, COPAM - Lillian e CORAM - Guilherme	Jan/2021	Jan/2024

				gestão sustentável dos recursos naturais. Identificar e compatibilizar fontes de dados já existente		recursos da CGGAM tratando da necessidade de envio dos Relatórios de Atividades Executadas - RAEs (4369569)			
4	A alta rotatividade das equipes de ponta, somada à deficiência numa cultura de formação e capacitação em gestão territorial e ambiental de terras indígenas a adoção das diretrizes, processos e procedimentos da política pública, por parte das CRs e CTLS.	Médio	2,2,2	Promover espaços de discussão e de implementação de políticas públicas; realização de intercâmbios. Normatização de políticas de recursos humanos, de transferência e de progressão funcional, de forma a favorecer a permanência do Servidor nas Unidades Regionais Descentralizadas. Efeitivação de um Plano de Carreira para os servidores da Funai.	Corretivo	Manutenção do último Status 1o.RMQ 2022	CG – Paula	jun/2021	Jan/2024
5	Problemas (logísticos/operacionais/administrativos) relativos à execução finalística das ações de gestão sustentável dos recursos naturais	Médio	3,3,3	Aprimorar mecanismos de gestão administrativa. Aprimorar a comunicação com as Unidades Regionais. Concentrar/Unificar os processos e procedimentos de aquisição de materiais, de equipamentos e de pagamento de serviços.	Corretivo	Manutenção do último Status 1o.RMQ 2022 e adicionalmente o envio de Ofícios às Coordenações Regionais que receberam aporte de recursos da CGGAM informando sobre a necessidade de execução orçamentária da CGGAM (4306526 - doc repetido em todos os processos de PAT 2022.)	CG – Paula	Nov/2021	Jan/2024
6	Baixa apropriação acerca da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI)	Reducir o risco de Médio para baixo	2	Aprimorar mecanismos de formação e informação sobre a Política, voltados aos servidores e demais órgãos que desenvolvem ações afetas à mesma.	Corretivo	Manutenção do último Status 1o.RMQ 2022 e adicionalmente as ações executadas pela CGGAM de capacitação como seminários, cursos, diagnósticos, participação em instâncias de governança - CBH, as quais informam e capacitam os servidores nas ações descritas, presentes em diversos eixos da PNGATI, em consequência, ampliando a apropriação da PNGATI	CG – Paula COPLAM - Bianca, COPAM - Lilian e CORAM - Guilherme	Jun/2020	Jan/2024
7	Baixa apropriação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental a serem executados	Médio	2	Promover a divulgação dos PGTAs e demais instrumentos de gestão territorial e ambiental na Funai e nos demais órgãos que desenvolvem ações afetas ao tema.	Corretivo	Manutenção do último Status 1o.RMQ 2022	CG – Paula e COPLAM – Bianca	Jun/2020	Jan/2024
8	Dificuldades operacionais em manter espaço institucional e participativo de formulação, coordenação e de avaliação da implantação da política indigenista	Médio	2	Promover espaços interinstitucionais de concertação.	Corretivo	Manutenção do último Status 1o.RMQ 2022	CG – Paula	Jun/2021	Jan/2024
9	Terras indígenas ocupadas por não indígenas (intrusadas)	Alto	3	Encaminhar para instâncias competentes casos de irregularidade reportados	Preventivo	Manutenção do último Status 1o.RMQ 2022	CG – Paula e COPLAM - Bianca, COPAM - Lilian e CORAM - Guilherme	Jun/2020	Jan/2024

Justificativa para redução do nível do risco: Conforme apresentada justificativa no item 6 referente a Baixa apropriação acerca da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), com indicativo de risco médio e, dada as ações desempenhadas pela CGGAM nos processos de formação e informação aos servidores da Sede e das CRs, conforme descrito nas linhas de ações, sugere-se reduzir o nível para Baixo, demonstrando assim as ações corretivas aplicadas pela coordenação.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a realização de 8 ações de gestão ambiental que beneficiaram 58 Terras Indígenas localizadas em todos os biomas (Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal), habitadas por dezenas de povos indígenas, consideramos positivos os resultados alcançados para o período. A articulação entre o empenho das equipes da CGGAM e das CRs, parcerias com entidades brasileiras e internacionais e diálogos com outras instituições governamentais tem viabilizado a expansão do número de terras indígenas atendidas com ações ou projetos voltados à gestão sustentável dos recursos naturais, bem como a melhoria da qualidade ambiental nos territórios indígenas, por meio do fortalecimento das

práticas tradicionais de manejo, da conservação e recuperação dos recursos naturais a partir do planejamento em gestão territorial e ambiental e da participação qualificada de indígenas e servidores em colegiados e outras instâncias de governança socioambiental, propiciando, assim, a geração de valor público, em consonância com a Cadeia de Valor Integrada.

Neste período, as ações executadas pela CGGAM como seminários, cursos, diagnósticos e participação em instâncias de governança, as quais informam e capacitam os servidores nas ações presentes em diversos eixos da PNGATI, ampliam a apropriação da política o que justifica a redução do nível do risco apontado no item 6 da matriz de artefato de controle implementado, tendo em vista a ação corretiva dos responsáveis.

Ainda neste período foram expedidos Ofícios às Coordenações Regionais que receberam aporte de recursos da CGGAM tratando da necessidade de envio dos Relatórios de Atividades Executadas - RAEs (4369569) bem como quanto a atenção à execução orçamentária, alertando as CRs quanto à operacionalização dos procedimentos necessários à execução do orçamento descentralizado (4309327).

Corroborando o que foi descrito na introdução, espera-se que todos os PATs estejam inseridos na plataforma Limesurvey para que possamos ter um painel sistematizado, por Coordenação Regional, das ações apoiadas pela CGGAM no exercício de 2022 e seus desdobramentos bem como insumos para o planejamento 2024.

Ressalta-se que diversas atividades foram realizadas no decorrer do período para que fosse possível a obtenção dos resultados, sendo algumas delas: reuniões, análises técnicas, visitas técnicas dentre outras. Espera-se que tais atividades sejam detalhadas no último RMQ demonstrando o esforço na execução do orçamento e das atividades de gestão ambiental propostas pelas Coordenações Regionais. Assim, para além dos resultados apresentados na meta, este esforço poderá ser retratado mediante a definição de novos subindicadores para o próximo ano a fim de demonstrar toda a gama de atividades apoiadas e executadas pela CGGAM junto às CRs (CTLs e FPE).

Em tempo, importante registrar que a CGGAM, dada a ausência de alguns Relatório de Atividades Executadas, tem adotado como documentos comprobatórios da realização das atividades formulários de prestação de contas das viagens, relatórios ou informações técnicas elaboradas pelos servidores da sede que acompanharam as atividades, registros fotográficos e outros; no entanto, alguns deles carecem de dados que possam enriquecer o cumprimento da ação apoiada. Cientes das dificuldades enfrentadas pelas unidades descentralizadas (muitas agendas e poucos servidores), nos colocamos à disposição para colaborar no aprimoramento dos mecanismos de comunicação e resposta com as CRs. Considerando a necessidade de aprimorar o fluxo de comunicação com as unidades descentralizadas por meio da entrega tempestiva dos Relatórios de Atividade Executada-RAEs, solicita-se apoio da CGGE/DAGES para, sempre que possível, destacar em suas comunicações com as CRs a relevância do envio dos referidos relatórios para o efetivo registro do cumprimento das metas, além de eventual suporte para a viabilização de procedimentos administrativos nas atividades de execução (como designação de pregoeiros, por exemplo).

Por fim, prevê-se a continuidade dos bons resultados alcançados para o próximo quadrimestre.

GIOVANA ACACIA TEMPESTA
Antropóloga, Serviço de Apoio à Produção de Informação - SEAPI/CGGAM

VALÉRIA DO SOCORRO NOVAES DE CARVALHO
Economista, Serviço de Apoio à Produção de Informação - SEAPI/CGGAM

GRAZIELA R. DE ALMEIDA STIBICH
Chefe do Serviço de Apoio à Produção de Informação - SEAPI/CGGAM

BIANCA FERREIRA LIMA
Coordenação de Planejamento em Gestão Territorial e Ambiental - COPLAM/CGGAM

GUILHERME HENRIQUE DOLFINI GONÇALVES
Coordenação de Conservação e Recuperação Ambiental - CORAM

LÍLIAN EUNICE CARVALHO VIVAN
Coordenação de Políticas Ambientais - COPAM

PAULA CRISTINA DE LIMA NETO SANTANA
Coordenadora Geral de Gestão Ambiental

 Documento assinado eletronicamente por Lilian Eunice Carvalho Vivan, Coordenador(a) , em 19/09/2022, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .
 Documento assinado eletronicamente por Guilherme Henrique Dolfini Gonçalves, Coordenador(a) , em 19/09/2022, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .
 Documento assinado eletronicamente por Paula Cristina de Lima Neto Santana, Coordenador(a)-Geral , em 19/09/2022, às 17:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .
 Documento assinado eletronicamente por Bianca Ferreira Lima, Coordenador(a) , em 19/09/2022, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .
 Documento assinado eletronicamente por GRAZIELA RODRIGUES DE ALMEIDA, Chefe de Serviço , em 20/09/2022, às 07:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .
 Documento assinado eletronicamente por VALERIA DO SOCORRO NOVAES DE CARVALHO, Economista , em 20/09/2022, às 08:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .
 Documento assinado eletronicamente por GIOVANA ACACIA TEMPESTA, Antropólogo (a) , em 20/09/2022, às 09:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015 .



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4481944** e o código CRC **5D0C5D4F**.

Referência: Processo nº 08620.002783/2022-94

SEI nº 4062732